



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 19 DE MARÇO DE 2025

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [Rodrigo Miguel Dias Saraiva](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)  
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)  
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

## SUMÁRIO

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, um no sentido de autorizar um Deputado do CH a intervir em tribunal e outro no sentido de não autorizar o levantamento da imunidade parlamentar a uma Deputada do BE.

Ao abrigo do [artigo 225.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate preparatório do Conselho Europeu, previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da lei de acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, com a participação do Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), que, após uma intervenção inicial, respondeu às perguntas

formuladas pelos Deputados [Paulo Moniz](#) e [Ricardo Carvalho](#) (PSD), [João Paulo Rebelo](#) e [Ana Sofia Antunes](#) (PS), [Henrique Rocha de Freitas](#) e [António Pinto Pereira](#) (CH), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Marisa Matias](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Entretanto, o Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) assinalou a presença, na tribuna, de uma delegação de Deputados do Parlamento ucraniano integrantes do Grupo Parlamentar de Amizade Ucrânia-Portugal e da Embaixadora da Ucrânia em Lisboa, os quais foram aplaudidos.

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) encerrou a sessão eram 16 horas e 49 minutos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito boa tarde, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

Solicito aos Srs. Agentes da autoridade que abram as galerias, para que os cidadãos e os convidados possam entrar e assistir aos trabalhos do dia de hoje.

*Eram 15 horas e 5 minutos.*

Estamos na 102.<sup>a</sup> sessão desta Legislatura, que será também a última. É uma sessão que decorre no dia 19 de março, Dia do Pai, portanto, permitam-me uma menção especial àqueles que são pais, mas também uma menção a todos, porque somos filhos e filhas de alguém.

Vou passar a palavra ao Sr. Secretário, para ler dois pareceres da Comissão de Transparência, que a seguir teremos de votar.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, passo a dar conta do primeiro parecer: a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste, Juízo Local Cível de Sintra — Juiz 3, Despejo n.º 13711/22.0T8SNT, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Jorge Manuel de Valsassina Galveias Rodrigues a prestar depoimento presencialmente, como testemunha, no âmbito dos referidos autos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, vamos agora ter uma votação. Peço então a vossa atenção.

Vamos votar este parecer que o Sr. Secretário acabou de ler.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do PAN e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.*

Vamos ao segundo parecer da 14.<sup>a</sup> Comissão.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, passo a dar conta do segundo parecer: a solicitação do Tribunal Central de Instrução Criminal de Lisboa — Juiz 9, Inquérito n.º 2073/24.1T9LSB, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de não autorizar o levantamento da imunidade parlamentar da Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Rodrigues de Mortágua, no âmbito dos referidos autos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sempre com medo! Têm sempre medo!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Vocês votaram a favor na Comissão!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos votar este parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP e o voto contra do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Amiguinhos do Sócrates, agora?! Tão amigos do Sócrates?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não temos medo, a diferença é essa!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Amigos do Sócrates?!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, pedia só, então, que dessem condições para que possamos entrar na nossa ordem de trabalhos, que, ao abrigo do artigo 225.º do Regimento, consiste no debate preparatório do Conselho Europeu, previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da lei de acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia.

Vamos começar com uma intervenção do Governo, portanto, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, que terá até 8 minutos para a intervenção inicial deste debate.

Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Luís Montenegro): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Como sabem, este Conselho Europeu será a primeira reunião ordinária do Conselho em 2025, visto que a anterior, que se realizou no passado dia 6 de março, teve um carácter extraordinário e foi exclusivamente dedicada às matérias da defesa e do apoio à Ucrânia. Esses temas continuarão na agenda desta reunião. Desde logo, relativamente à Ucrânia, serão, naturalmente, abordados os desenvolvimentos mais recentes.

Todos sabemos que estamos numa altura crítica, uma altura em que foi anunciado um cessar-fogo parcial, aplicado às infraestruturas energéticas, e que, não sendo a situação desejável, é, ainda assim, um primeiro sinal positivo, que vamos aguardar para ver como evolui, visto que ainda nos parece ser cedo para tirar grandes ilações.

Não há dúvida também de que há um consenso muito alargado, no seio da União, quanto ao facto de um processo de paz para a Ucrânia e para este conflito ter de envolver a Ucrânia, ter de envolver a União Europeia, para poder compaginar uma paz justa e duradoura, no respeito pela soberania da Ucrânia e no respeito pela aplicação do direito internacional.

Sabemos que têm vindo a ser debatidas e analisadas várias formulações deste processo, em formatos, também eles, alargados, com a participação não só de parceiros da União Europeia e mesmo da Aliança Transatlântica como de outros, como aconteceu ainda no passado sábado, numa reunião promovida pelo Reino Unido e pela França, na qual participaram, entre outros, a Austrália e a Nova Zelândia, além, naturalmente, de parceiros da NATO (North Atlantic Treaty Organization), como o Canadá ou a Turquia.

Do ponto de vista da defesa, será dado prosseguimento ao debate que já foi encetado em reuniões anteriores, agora, à luz do *Livro Branco sobre o Futuro da Defesa Europeia*, que hoje mesmo a Comissão apresentou e que amanhã será alvo de um debate mais alargado no seio do Conselho, que se dedicará também a uma avaliação do sistema multilateral, com a participação especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, o Eng.º António Guterres.

Sabemos que o nosso momento, em termos de valorização do multilateralismo, é problemático. Sabemos que é necessário fortalecer as organizações internacionais, à cabeça das quais as Nações Unidas, porque só isso poderá promover o respeito pelo direito internacional, pelo direito humanitário, pela salvaguarda dos direitos fundamentais das pessoas, dos cidadãos.

Mas, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é minha convicção que, sendo estas matérias muito relevantes, sobre as quais tem vindo a incidir o debate no seio da União Europeia, há outro aspeto que vai verdadeiramente estar no centro, mais uma vez, da atenção do Conselho, e que é nevrálgico, no desafio que temos diante de nós, porque é a partir da competitividade da nossa economia que se vai projetar toda a dinâmica do quadro geopolítico e mesmo da repercussão na qualidade de vida dos cidadãos, na dinâmica dos Estados-Membros, é a partir da economia que se vai projetar o desenvolvimento da área da defesa, da área da segurança, da dissuasão, da nova ordem internacional e europeia, em que, do nosso ponto de vista, nós nos devemos, de facto, concentrar.

A Europa não pode perder tempo. A Europa tem de ser rápida. A Europa tem de ser eficiente. A Europa tem de responder de maneira a ter políticas que promovam um crescimento coeso de todo o seu espaço, de modo a poder afirmar-se no contexto internacional como um bloco comercial competitivo, com capacidade produtiva, com capacidade de poder ombrear com os outros blocos comerciais na conquista de mercado, na conquista de capacidade de vanguarda, de inovação, de conhecimento, de desenvolvimento de novas tecnologias, de capacidade de não ficar para trás na agenda de transformação económica, que hoje sentimos e verificamos um pouco por todo o mundo.

E, para isso, há desafios que são muito prementes, que são debatidos há vários anos, mas que têm de ser vencidos e ultrapassados.

O primeiro é o da simplificação, nem mais nem menos do que um desafio que nos diz muito também a nós, portugueses. Nós precisamos de uma economia, precisamos de uma relação entre os cidadãos, as empresas e a Administração, menos complexa e, por via disso, mais indutora de capacidade transformadora.

Nós não podemos ombrear, no mercado internacional, com outras geografias onde as exigências e a complexidade são menores,...

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... e, por via disso, os processos produtivos são mais ágeis e tornam a capacidade produtiva mais eficiente. Nós temos mesmo de ser mais eficazes, e temos de começar no plano europeu e depois temos também de concretizar isso no plano nacional.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, isso é verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Uma segunda prioridade é a área energética. A Europa não pode ficar a lamuriar-se, como tem acontecido ao longo dos últimos anos, a queixar-se de ter pouca autonomia, a queixar-se de ter um custo energético que é quatro ou cinco vezes superior a outros blocos comerciais, em particular o americano, e não fazer nada por isso.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Parece que continua tudo na mesma, e nós não conseguimos explorar a capacidade produtiva que temos dentro de nós.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — E nós, portugueses, nós, ibéricos, que o digamos,...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

... porque continuamos a não aproveitar os nossos recursos, porque não estamos devidamente ligados a uma rede europeia, com isso não podendo usufruir daquilo que mais eficientemente se possa produzir no centro e no norte da Europa, mas também não podendo disponibilizar ao centro e ao norte da Europa aquilo que nós podemos produzir, nomeadamente, através do investimento que fomos capazes de fazer, nos últimos anos, nas energias renováveis.

E, depois, temos a famigerada União das Poupanças, a união bancária, a união financeira, como trave-mestra de uma capacidade de financiamento superior da nossa economia. Não podemos assistir, impávidos e serenos, a uma situação em que as poupanças europeias ajudem o dinamismo económico, por exemplo, dos Estados Unidos da América, em vez de ajudarem o financiamento das pequenas e médias empresas europeias,...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... para poderem ser mais competitivas, terem um mecanismo de financiamento que seja mais vantajoso, para poderem, com isso, também ombrear no mercado internacional.

Por isso, eu termino dizendo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, que, nesta altura, competitividade significa também melhor posicionamento geopolítico e vencer desafios como...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Antes de entrarmos na fase dos pedidos de esclarecimento por parte dos grupos parlamentares, quero fazer referência à presença, na tribuna do Corpo Diplomático, de uma delegação de Deputados do Verkhovna Rada, do Parlamento ucraniano, todos integrantes do Grupo Parlamentar de Amizade Ucrânia-Portugal, acompanhados também da Sr.<sup>a</sup> Embaixadora da Ucrânia.

Sejam muito bem-vindos à Casa da democracia.

*Aplausos do PSD, do PS, do CH, da IL, do BE, do L, do CDS-PP e do PAN, de pé.*

O primeiro grupo parlamentar a fazer perguntas será o Grupo Parlamentar do PSD, que terá esse período dividido entre dois Srs. Deputados, e depois, no final, o Sr. Primeiro-Ministro irá responder, e iremos proceder assim com todos os grupos parlamentares.

Portanto, o primeiro pedido de esclarecimento será do Sr. Deputado Paulo Moniz, que tem até 8 minutos para o efeito.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Ministros, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, Sr. Primeiro-Ministro, começo pela parte final da sua intervenção, que se prendeu com o posicionamento da nossa relação transatlântica, e a nossa relação, em particular, com os Estados Unidos, que faz de Portugal, e de si, em particular, um interlocutor privilegiado no quadro dos decisores da União Europeia. Aliás, a sua serenidade, a segurança da sua visão em relação aos Estados Unidos, é motivo de orgulho para Portugal e é motivo também de regozijo, no quadro dos seus pares no Conselho.

Queria-lhe perguntar, se, nesta linha daquela que é a nossa relação atlântica, euro-atlântica, em que os Açores e a Madeira nos projetam como nenhum outro país da União Europeia, é através desta relação centenária, histórica, com os Estados Unidos que devemos abandonar aqueles que defendem a visão radical de que, por termos uma administração temporária, devemos cortar laços que nos prejudicariam, ademais quando não tivemos tempo para nos prepararmos para esta substituição.

Para a Ucrânia parece-nos muito importante a continuidade, como parece ser o caso do apoio dos Estados Unidos, e queria, Sr. Primeiro-Ministro, que nos reconfirmasse a sua defesa dos interesses de Portugal, inteligentemente, a par da defesa intransigente dos valores europeus, no que à Ucrânia diz respeito.

A minha segunda pergunta tem a ver com o programa ReArm Europe. Nós, através da pronúncia da Sr.<sup>a</sup> Presidente da Comissão, todos já sabíamos que temos de ter uma posição soberana, de força, de autonomia, na nossa defesa e na nossa segurança coletiva, e isto significa que há a assunção da necessidade de 800 mil milhões de euros a quatro anos para fazer face a esses investimentos, e há uma opção política de utilização da política e dos fundos de coesão para este efeito.

Portugal, naturalmente, por não estar tão próximo do epicentro do conflito, terá, eventualmente, um tempo mais alongado para fazer esses investimentos. Mas, em todo o caso, preocupa-nos a nossa política de coesão, que é fundamental para o nosso setor primário, para a nossa formação, para as regiões autónomas, para o País, e gostaríamos que o Sr. Primeiro-Ministro nos esclarecesse também sobre o nosso posicionamento na defesa dos interesses do País.

Finalmente, refiro o tema do novo quadro financeiro plurianual a médio-longo prazo, a partir de 2028-2034. Como nós sabemos, é nessa altura que vai ser necessário cumprir os nossos compromissos com o fundo Next Generation EU, com aquelas que foram as subvenções, aqueles que são os empréstimos, cujos juros estão mais altos do que era esperado.

Parece unânime que temos de aumentar os recursos próprios da União Europeia. Isso poder-se-á fazer com mais política fiscal, aduaneira, recursos que vêm do IVA (imposto sobre o valor acrescentado), ou novas receitas diretas dos Estados-Membros.

Mas isso preocupa-nos, porque o País está num equilíbrio, que tem de gerir, entre aquele que é o nosso crescimento económico e as nossas políticas sociais, a que este Governo, como nenhum outro, deu um impulso, como hoje o Sr. Primeiro-Ministro já teve oportunidade, de resto, de afirmar. Ficámos com esta dúvida e gostaríamos também de ter a sua visão sobre essa matéria.

Sr. Primeiro-Ministro, nós estamos num tempo em que temos de ter Governos e governantes liderantes, seguros e com uma visão clara para o País. Esta mudança do mundo não se compadece com lideranças amnésicas e troca-tintas.

*Aplausos do PSD e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Ainda para formular perguntas pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Carvalho.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, Srs. Deputados, um dos assuntos mais importantes a debater amanhã no Conselho Europeu, como o Sr. Primeiro-Ministro já disse, é, sem dúvida, a competitividade.

Vivemos tempos de incerteza na conjuntura internacional, com desafios complexos, o que obriga a União Europeia e também Portugal a reforçarem a sua ambição estratégica para serem verdadeiramente competitivos. Temos de estar empenhados para atuar de forma decisiva, assegurando a longo prazo a nossa prosperidade e liderança na cena mundial e fortalecendo a nossa soberania estratégica.

A União Europeia tem sublinhado a necessidade e a urgência de uma abordagem integrada em todos os domínios de intervenção, a fim de aumentar a produtividade e o crescimento sustentável e inclusivo, construir uma economia sólida, inovadora e resiliente, promover o modelo social e económico singular da Europa para impulsionar a transição ecológica e digital e a neutralidade climática da própria União.

Portugal e este Governo da AD (Aliança Democrática) também têm feito o seu caminho neste domínio, com importantes decisões e resultados neste último ano que importa salientar: acelerámos e recuperámos o tempo perdido no PRR (Plano de Recuperação e Resiliência); descemos o IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas);...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Venderam-se ao PS, em boa verdade. Venderam-se ao PS!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — ... conseguimos o novo acordo de concertação social até 2028; há mais investimento estrangeiro e investimento em setores estratégicos; pusemos o Banco de Fomento a funcionar e estamos a apoiar as nossas pequenas e médias empresas.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então não estão?!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Tudo isto foi feito com um crescimento económico acima da média da zona euro,...

*Protestos de Deputados do PS.*

... sem comprometer a execução orçamental com excedente e reduzindo a dívida pública durante o ano de 2024.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Portugal, que com este Governo da AD tem implementado uma agenda transformadora,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto não é um comício!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — ... com um foco especial nas empresas e nas pessoas, não necessita de nenhum novo «relatório Porter», precisa é de decidir e avançar, como temos feito com o nosso Governo da AD.

É nosso entendimento que também chegou o momento, na União Europeia, de passar das palavras à ação, do debate às soluções concretas. Sr. Primeiro-Ministro,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — ... neste contexto, temos de olhar para dentro, temos de olhar para o nosso mercado único europeu, onde as nossas PME (pequenas e médias empresas) são mais determinantes do que nunca.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — De acordo com o Relatório Anual sobre o Mercado Único e a Competitividade, continuam a existir obstáculos estruturais e excesso de regulamentação governamental que impede o mercado único de atingir o seu pleno potencial. As empresas, e em especial as PME, invocam estas mesmas dificuldades e não conseguem crescer.

É, pois, imperativo lembrar que a competitividade económica e social de um país depende sempre da valorização dos seus cidadãos, das suas empresas e das condições de criação de riqueza que o Estado, e o Governo em especial, proporciona.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — É importante aumentar a escala, crescer e cuidar das nossas PME e dos nossos empresários. São o principal sustento da indústria e da economia da Europa e de Portugal.

Sr. Primeiro-Ministro, é nosso entendimento que é muito importante e necessário adotar uma mentalidade facilitadora, baseada na confiança, de forma a permitir que as empresas avancem sem regulamentação excessiva. Assim sendo, considera possível, neste contexto, que a União Europeia dê início a um novo *modus operandi*, com a maior brevidade possível, em termos de simplificação, e em que seja assegurado um quadro regulamentar claro, simples e inteligente para as empresas, em especial para as PME? Como tem o Governo feito o seu caminho neste domínio?

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, dispondo de até 8 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Moniz, Sr. Deputado Ricardo Carvalho, muito obrigado pelas vossas questões, que são muitas e muito abrangentes.

Permitam-me, em primeiro lugar, que, em nome do Governo, também possa saudar, apesar de já não se encontrar no Hemiciclo, a delegação de parlamentares ucranianos que fazem parte do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Ucrânia e também a Sr.<sup>a</sup> Embaixadora da Ucrânia em Lisboa.

Relativamente às relações transatlânticas, Portugal tem, efetivamente, sido uma voz participativa, nunca perdendo aquele que é talvez o maior pecúlio da nossa Nação e da nossa diplomacia, enquanto país que deu já abundantes demonstrações ao mundo da sua vocação universalista, de construtor de pontes e de aproximação entre povos, entre países, e muitas vezes de gestor de conflitos, de tal maneira que não é por acaso que, ao longo, nomeadamente, dos últimos anos, temos assumido posições de destaque em organizações internacionais, e amanhã mesmo estaremos com o Secretário-Geral das Nações Unidas, que é, por sinal, um português.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh! Um figurão!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Temos, a esse respeito, mantido uma postura construtiva relativamente à nossa relação bilateral com os Estados Unidos da América, mas também com o Canadá e com os países da América Latina. Não é por acaso que, no âmbito da cimeira que realizámos no passado mês de fevereiro com o Brasil, um dos pontos dominantes foi precisamente a questão geopolítica, a questão da participação de Portugal e do Brasil no contexto internacional, sabendo-se que o posicionamento de cada um destes dois países, que



comungam experiências, culturas e uma proximidade muito intensa, mas, ainda assim, experiências complementares, ajuda, nos vários palcos internacionais, a procurar soluções.

Devo dizer que fui portador, não só enquanto Primeiro-Ministro de Portugal, mas enquanto Primeiro-Ministro de um dos Estados-Membros da União Europeia, enquanto Primeiro-Ministro de um dos Estados-Membros parceiros e aliados da NATO, de algumas mensagens que, no âmbito da interação com o Brasil, poderiam acarretar posicionamentos que viessem a facilitar a aproximação e a resolução de conflitos, seja do ponto de vista militar, seja do ponto de vista até comercial, que hoje afetam a relação entre alguns blocos no contexto internacional. E nós assim continuaremos, continuaremos à escala do contexto geopolítico, continuaremos à escala do contexto comercial.

Depois, queria dizer-lhe, Sr. Deputado Paulo Moniz, que, relativamente ao programa ReArm Europe, estamos muito concertados com o esboço que foi apresentado pela Presidente da Comissão Europeia, com a necessidade de termos uma mobilização de recursos financeiros que deem aos Estados-Membros da União Europeia a possibilidade de fazerem os investimentos que são necessários nos próximos anos para reforçar a área da defesa, não apenas na componente dos gastos na defesa — vamos chamar-lhe assim, para ser mais direto na linguagem.

Temos de encarar este reforço da despesa na área da defesa como um investimento, não apenas como uma despesa. Nós não queremos pôr a Europa, os Estados-Membros, e muito menos aquela que é a nossa responsabilidade principal, que é Portugal, a comprar mais material militar. Não é assim que se faz um investimento na defesa. Nós queremos estar mais habilitados nas nossas capacidades, mas queremos fazê-lo à conta do estímulo, pelas nossas indústrias, pela nossa capacidade produtiva. E, à escala europeia, devemos fazê-lo de forma coordenada, de forma articulada. Para quê? Para termos as nossas possibilidades e capacidades a nível da investigação, a nível do conhecimento científico, mobilizadas para sermos mais fortes enquanto bloco.

Depois, também na indústria, na capacidade produtiva, não vamos estar todos a construir as mesmas indústrias, as mesmas fábricas, a fazer as mesmas coisas, um em sobreposição ao outro. Devemos fazê-lo de forma coordenada, para que, dentro do nosso espaço, possamos ajudar-nos reciprocamente, fortalecendo a nossa economia e o nosso mercado único também.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Também na área da defesa, é preciso que os Estados-Membros da União Europeia comprem mais uns aos outros,...

**Vozes do PSD:** — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... que aproveitem, precisamente, a fluidez do nosso mercado, criando mais oportunidades de negócio, mais capacidade de desenvolvimento e retenção de talento, de mão-de-obra qualificada, de capacidade produtiva e de comercialização. É isso que nós pretendemos.

A autonomia estratégica da Europa enquanto ator político internacional, relevante, também se faz por esta via. É assim que se garante maior autonomia, maior capacidade decisória, no médio e no longo prazo, da Europa. E esse é um objetivo estratégico que hoje, felizmente, está plasmado nestas primeiras cinco medidas que a Presidente da Comissão adiantou e que agora terão desenvolvimento no livro branco e em decisões posteriores, porque o contexto da estratégia não se esgota neste primeiro plano que está hoje em cima da mesa.

Depois, Sr. Deputado Paulo Moniz e Sr. Deputado Ricardo Carvalho, quero dizer-lhes que estamos muito atentos aos princípios de solidariedade e de coesão que este plano e todo o quadro financeiro plurianual devem salvaguardar. Vamos ser honestos: nós não vamos poder ficar a vida toda a reclamar financiamento para infraestruturas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Nós teremos de o fazer, e teremos de municiar o País das infraestruturas que nos permitem ter capacidade e competitividade para alavancar a nossa economia e para, com isso, convergir

com os países mais desenvolvidos da União Europeia. Mas nós temos de apostar também, e sobretudo nesta fase, na competitividade económica. Nós temos de olhar para a coesão não apenas sob o ponto de vista do investimento na infraestrutura, mas do ponto de vista do investimento na capacidade transformadora, na capacidade produtiva, na capacidade de alavancar a nossa economia.

Por isso, Sr. Deputado Ricardo Carvalho, é tão importante que se consiga conjugar o plano europeu com as políticas dos Estados-Membros e, no caso concreto de Portugal, com as políticas nacionais, a nível da competitividade fiscal, a nível da diminuição dos custos de contexto, a nível da simplificação, a nível da capacidade de dar às empresas ganhos e um quadro legislativo onde elas possam ganhar escala, onde elas possam crescer, onde elas possam ser mais fortes no mercado, onde elas possam aproveitar as novas sinergias que, por exemplo, a digitalização também incorpora.

Nós temos de investir nisso, porque é isso que nos vai dar mais competitividade. Não é apenas fazer infraestruturas, é também melhorar a capacidade produtiva. E fazer isso, olhar para o sistema fiscal, olhar para a atratividade de investimento, é criar condições para depois resolver problemas estruturais como aqueles que temos hoje diante de nós.

É isso que também está hoje em cima da mesa no Conselho, e nós seremos uma parte ativa na procura das soluções.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Antes de passar ao próximo grupo parlamentar, que será o do Partido Socialista, quero fazer referência aos estudantes que hoje estão a assistir à sessão plenária.

Temos um grupo de 60 alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Alpendorada; um grupo de 10 alunos e professores da Escola Secundária de Seomara da Costa Primo, da Amadora; um grupo de 18 alunos e professores do Núcleo de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade do Porto; e um grupo de 21 alunos e professores da Escola Secundária Aurélia de Sousa, também do Porto.

Sejam todos bem-vindos à Casa da democracia.

*Aplausos gerais.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Grupo Parlamentar do Partido Socialista também vai dividir o seu tempo com dois pedidos de esclarecimento.

O primeiro será feito pelo Sr. Deputado João Paulo Rebelo, que tem a palavra para o efeito.

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quis o destino e, muito em particular, o Sr. Primeiro-Ministro, que este fosse o último debate desta Legislatura. O Sr. Primeiro-Ministro condicionou, de facto, o destino. É evidente que este tempo é muito escasso para a amplitude, para a magnitude do que está aqui em causa.

Realiza-se amanhã, muito provavelmente depois de amanhã também, um Conselho Europeu nestes tempos que diria de angústia. Tempos em que o respeito pelo direito internacional não parece estar em alta. Tempos em que, como o Sr. Primeiro-Ministro já referiu, as relações que privilegiam o multilateralismo estão também postas em causa, no fundo, valores essenciais à União Europeia — como a paz, a prosperidade, o respeito pelos direitos — estão, de facto, em causa.

O Sr. Presidente do Conselho Europeu, António Costa, já alertou, efetivamente, na carta de convite que fez aos chefes de Governo, para a necessidade de a reunião ser prolongada por mais um dia. As questões da competitividade, como o Sr. Primeiro-Ministro aqui já referiu, as propostas que deverão surgir antes do verão para um próximo quadro financeiro plurianual — que deixo para a minha colega, que também intervirá —, as questões da Ucrânia, do Médio Oriente e o que tudo isto implica na criação de um sistema de defesa europeu voltam a estar na ordem do dia, e são, de facto, verdadeiramente importantes para os tempos de hoje. Hoje mesmo, aliás, foi conhecida a publicação do *Livro Branco sobre a Defesa Europeia* e o plano ReArm Europe/Prontidão 2030, a que também já se referiu o Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente, Ursula von der Leyen, tem dito que é necessário produzir mais na Europa, é necessário comprar mais na Europa, é essencial desenvolvermos a indústria do armamento para contribuir também para

mais inovação na União Europeia. Não posso deixar de dizer que é com tristeza — e julgo que partilharemos este sentimento — que, em 2025, neste século XXI, e depois, sobretudo, do que se passou no século passado, estejamos hoje focados em investir numa indústria que trouxe as atrocidades, que trouxe a angústia e a guerra no século passado. Devíamos ter aprendido, infelizmente não aprendemos e, Sr. Primeiro-Ministro, evidentemente que o Partido Socialista não é um partido lírico que não perceba...

*Protestos do Deputado do PSD Paulo Moniz.*

... e que, evidentemente, apoie que temos de estar preparados para a guerra para conseguir garantir a paz.

*Protestos do Deputado do PSD Paulo Moniz.*

É, de facto, aqui que estamos. Mas há uma coisa em que é preciso pensarmos, Sr. Primeiro-Ministro: pode decorrer esta negociação em curso, que está a acontecer com um tradicional aliado português — é verdade, os Estados Unidos da América —, mas que hoje tem à sua frente o Presidente que tem? E não nos acuse, Sr. Primeiro-Ministro, de sermos irresponsáveis ou radicais, porque o próprio Presidente da República já veio dizer que as nossas relações têm de ser, evidentemente, condicionadas consoante a evolução das posições dos nossos parceiros também.

*Protestos do Deputado do PSD Paulo Moniz.*

Estamos muito preocupados, Sr. Primeiro-Ministro, e queremos que Portugal tenha uma voz,...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Agora tem!

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — ... efetivamente, no Conselho Europeu que ponha às claras de todos o negócio que está a acontecer e que a paz na Ucrânia não pode ser alcançada, evidentemente, nesta perspetiva mais do que economicista, nesta perspetiva verdadeiramente usurária dos bens, no fundo, das riquezas daquele país.

Sr. Primeiro-Ministro, é evidente que lhe quero perguntar se Portugal, apesar de ser um país pequeno, vai erguer — e vai erguer fortemente — a sua voz na defesa de um acordo que, objetivamente, envolva todas as partes e que ponha Portugal também nesse princípio.

O que se passa na Palestina e no Médio Oriente é uma vergonha, Sr. Primeiro-Ministro. Já tivemos a oportunidade, aqui há algumas semanas, de propor ao Governo o reconhecimento do Estado da Palestina.

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

O Governo perdeu essa oportunidade, na verdade, enredou-se em detalhes político-burocráticos. Quando o Sr. Primeiro-Ministro fala em simplificação, era tão simples, Sr. Primeiro-Ministro: era reconhecer o lado da decência,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Decência?!

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — ... estar contra a barbárie e contra, mais uma vez,...

*Aplausos do PS.*

... um negócio que está em curso no Médio Oriente,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Defende o Hamas?!

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — ... onde agora — espantem-se! — as notícias são «onde é que vamos pôr 2 milhões de pessoas,...

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

... 2 milhões de seres humanos, se é na Síria ou num qualquer país vizinho».

Sr. Primeiro-Ministro, há boas notícias, no entanto. Há um líder que foi deposto nas Filipinas, tendo sido determinada a sua detenção pelo Tribunal Penal Internacional. Estas são boas notícias para a dita ordem mundial, para o respeito do direito internacional. É aí que Portugal tem de estar; é o que queremos que o Sr. Primeiro-Ministro represente no Conselho Europeu, amanhã: esta postura, estes valores, a grandeza de sermos pequenos em territórios, mas grandes em princípios e em valores.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então o Bloco não bate palmas?!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Partido Socialista ainda tem 2 minutos e 6 segundos, e para um pedido de esclarecimento tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Sofia Antunes.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Sofia Antunes** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, concordo consigo quando diz que temos de investir em defesa — apoiar a Ucrânia, investir em defesa e reforçar a nossa competitividade não são, de facto, tarefas contraditórias, muito pelo contrário, elas são complementares — sem, contudo, deixarmos de ter presente que investir em defesa na atualidade não deixa de passar, necessariamente, por termos de investir onde não queremos, porque não temos cá dentro os recursos de que efetivamente a Ucrânia precisa.

Portanto, encaramos sempre esta necessidade de conciliação como uma necessidade de reforço do mecanismo de defesa a médio prazo, com uma visão de necessidade de nos reindustrializarmos, de reforçarmos a nossa competitividade, numa lógica de reforço da nossa segurança e da nossa soberania, e não estritamente da nossa defesa *tout court*.

Falar em competitividade é, necessariamente, falar em diferentes pilares que temos de reforçar, seja a simplificação dos nossos processos de decisão, seja falar da nossa soberania energética, seja falar da criação da nossa União de Poupança e Investimento, que hoje conheceu também a apresentação de uma nova estratégia.

E significa também, necessariamente, falar do reforço do nosso mercado único; mercado único esse que enfrentará muito em breve, se calhar, um dos seus maiores desafios. Muito recentemente começámos a ouvir falar desta guerra comercial com os Estados Unidos, tarifas que já se fala que poderão chegar a 200 %, mas que porão, pela primeira vez, à prova o verdadeiro cimento deste mercado único que é a União Europeia. De que forma poderemos efetivamente reagir quando chegarmos ao momento em que Trump tente levar para a frente negociações bilaterais com os diferentes Estados-Membros?

Relativamente ao conteúdo da negociação do nosso quadro financeiro plurianual, quero colocar-lhe duas questões, Sr. Primeiro-Ministro: qual o contributo que poderá trazer Portugal a esta reunião do Conselho Europeu, seja do ponto de vista de conseguirmos harmonizar as novas exigências que temos com as atuais necessidades de reforço no Estado social, seja através...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra, até 8 minutos, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Paulo Rebelo, Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Sofia Antunes, quero agradecer-vos as vossas questões, também elas diversificadas, tentando cumprir, digamos, os pontos principais que abordaram.

Em primeiro lugar, relativamente a este projeto europeu de reforço da nossa segurança, do nosso contributo para a estabilização, para a dissuasão face a ameaças externas — naturalmente é disso que nós estamos a falar quando investimos, ou queremos investir, mais em defesa —, é sobretudo para garantir a paz, como dizia agora a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Sofia Antunes e como o Sr. Deputado João Paulo Rebelo também enunciou.

Precisamos de estar habilitados nas nossas capacidades, para podermos salvaguardar a nossa soberania, a integralidade dos nossos territórios, a salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias dos nossos cidadãos, o respeito do direito internacional e, no fundo, suster ímpetos e intenções de agressão — de invasão, mesmo — que, do ponto de vista externo, se nos podem vir a colocar.

E por isso é que estamos obrigados, no âmbito das nossas alianças, nomeadamente da NATO, a cumprir velhos compromissos, que não fomos capazes de cumprir até ao momento, e estamos também obrigados a cumprir esta estratégia comum numa forma mais alargada, até, do que aquela que já nos vinculava através da NATO.

E quero dizer-vos que se há altura, do ponto de vista histórico, em que podemos contribuir, de forma solidária, para o fazer — quer do ponto de vista ativo na nossa responsabilidade direta quer do ponto de vista da solidariedade com os nossos parceiros que não têm a situação económica e, sobretudo, financeira que nós temos — é esta.

Já tive ocasião de dizer, em nome do Governo português e à mesa do Conselho Europeu, algo — e transmito-o aqui, na Assembleia da República — que os nossos parceiros europeus talvez possam, hoje, compreender melhor. Quando, lá atrás, estávamos sob grande pressão para recuperarmos o nosso País do desequilíbrio financeiro em que nos encontrávamos e pedimos alguma flexibilidade das regras europeias — nomeadamente as regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento —, nem sempre esta nos foi concedida. Assim, quando eles hoje reclamam para si essa mesma flexibilidade, nomeadamente para cumprir este designio novo, de investir mais na área da defesa, talvez seja uma boa altura para fazermos essa avaliação e para termos um comportamento diferente daquele que alguns deles tiveram para connosco.

E quero dizer isto: em Portugal, hoje, não precisamos da flexibilidade das regras de estabilidade para podermos investir mais na área da defesa. Em Portugal, vimos de anos sucessivos de *superavit* orçamental; se nós quisermos investir mais e cumprir o nosso plano de acréscimo na área da defesa,...

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

... não precisamos de violar as regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento, temos capacidade de nos endividarmos dentro das regras.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Obrigado pela resposta!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O que temos de responder, no âmbito da União Europeia, é se estamos disponíveis para permitir aos outros que não têm essa possibilidade, ainda assim, a capacidade de o fazerem.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E orgulho-me de, em nome do Governo de Portugal — e creio que com a anuência da maioria dos representantes do povo português aqui, neste Parlamento —, poder dizer que sim, estamos solidários com aqueles que, não tendo a posição financeira de Portugal, ainda assim, precisam de ter essa capacidade na procura de um instrumento de financiamento...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que lhes dê a possibilidade de poderem ir à procura do financiamento que lhes permite o reforço do investimento na área da defesa.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Foi por isso que demos a nossa anuência à ativação da cláusula de salvaguarda do Pacto de Estabilidade e Crescimento, que facilita o aumento da despesa na área da defesa, sem penalizar a estabilidade das contas públicas dos Estados-Membros, isto é, flexibilizando estas regras. Repito: não que precisássemos disso, porque podíamos fazê-lo dentro das regras...

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

... e podíamos fazê-lo, já agora, a uma taxa de endividamento no mercado que seria absolutamente confortável, porque felizmente o *rating* da República Portuguesa, hoje, nos permite isso.

Mas, ser solidário é também isto, é quando estamos numa situação de maior vantagem compreendermos aqueles que não estão na mesma situação do que nós.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Deputado João Paulo Rebelo, relativamente ao processo que pode conduzir à paz na Ucrânia, não temos dúvidas: estaremos do lado daqueles que entendem que só há paz com o envolvimento da Ucrânia, e só há paz justa e duradoura com o envolvimento da Ucrânia e da União Europeia.

E é isso que temos sustentado, quer no nosso diálogo bilateral com o Presidente Zelenskyy quer no âmbito da nossa participação nas discussões do Conselho Europeu, ou até, de forma mais alargada, em fóruns onde temos participado com os países aliados da NATO e com outros países que se têm juntado a esforços impulsionados, nomeadamente, pelo Primeiro-Ministro britânico e pelo Presidente francês.

É nossa convicção que será possível atingir um entendimento que envolva a Ucrânia, um entendimento que, naturalmente, terá de envolver também a Federação Russa — não há como ignorar isso! — e que possa colocar em cima da mesa garantias de segurança. Garantias de segurança essas que, se forem estabelecidas na base de um acordo de paz justo e duradouro, com o envolvimento da Ucrânia e da União Europeia, não deixará de ter sob a sua responsabilidade o compromisso de todos os Estados-Membros da União Europeia e de todos os aliados da NATO.

Para que não restem dúvidas, também quero aqui afirmar que a posição do Governo português sobre isso é clara: não estamos ainda no tempo de o definir e de decidir em concreto. É precoce estarmos hoje a tomar uma decisão sobre se vamos ter ou não militares das nossas Forças Armadas num hipotético teatro de operações na Ucrânia, mas, se vier a haver um processo de paz com garantias de segurança, não será a primeira nem a última vez que as nossas Forças Armadas contribuirão, como contribuem hoje,...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... para assegurar a manutenção da paz, a salvaguarda de operações de dissuasão. Nós, hoje, estamos na Roménia; nós, hoje, estamos na Eslováquia; nós, hoje, estamos na Lituânia.

Repito: é precoce, mas temos de entender a nossa participação ao abrigo das nossas responsabilidades.

Deixo uma última nota, no fundo, para corresponder a uma preocupação subjacente à questão da Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Sofia Antunes, para lhe dizer que é verdade, teremos de olhar para os investimentos na defesa na perspetiva da segurança, na perspetiva do reforço da nossa soberania, mas não à custa do que é essencial no projeto europeu, que é o Estado social, as nossas responsabilidades económicas e sociais com os nossos povos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao período das perguntas do Grupo Parlamentar do Chega, que também tem dois Deputados inscritos, com até 6 minutos e 30 segundos para o efeito, sendo que o primeiro é o Sr. Deputado Henrique de Freitas. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Henrique Rocha de Freitas** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos então falar da Europa, Sr. Primeiro-Ministro. Quer se escolha a *Paz e Guerra* de Aron ou a *Guerra e Paz* de Tolstói, a Europa sempre decidiu a sua história dentro das fronteiras europeias. Foi assim com a Paz de Vestefália, com o Congresso de Viena e com o Tratado de Versalhes.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Henrique Rocha de Freitas** (CH): — Mas hoje, numa planície europeia, a valentia foi ucraniana, mas a invasão é russa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Henrique Rocha de Freitas** (CH): — E, nessa circunstância, a paz é gerida e decidida em Riade, em Jedá, na Arábia Saudita, com bin Salman, numa paz impulsionada pelo Presidente Trump.

Mas não admira! Hoje, temos Macron, Starmer, Scholz, Sánchez, Costa, Ursula, Kallas, Rutte, e até importámos Trudeau, todos eles derrotados politicamente nos seus países, a formar o clube dos políticos mortos — que não dos poetas,...

*Aplausos do CH.*

... porque para isso não têm alma nem chama —, um clube de perdedores que atirou a Europa para fora da história, um clube que inundou a Europa de dívida e que reduziu ao mínimo as suas Forças Armadas. E são estes mesmos que agora querem vencer-nos, através da emissão de mais dívida e de um saque sem precedentes da poupança individual dos europeus, de que querem rearmar a Europa.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.*

O Sr. **Henrique Rocha de Freitas** (CH): — Mas como chegámos aqui? Chegámos aqui porque a Europa, culturalmente, tropeçou no Maio de 1968, no Concílio Vaticano II,...

*Risos do Deputado do L Jorge Pinto.*

... bateu de frente no Muro de Berlim; institucionalmente, asneirou com Maastricht e deu um passo em falso com o Tratado de Lisboa; ideologicamente, a Europa viveu a conversão cultural do marxismo, em que a revolução já não apelava ao proletariado, mas sim às minorias oprimidas, onde o combate ao capitalismo deu lugar ao ódio à civilização ocidental.

Lançámos, assim, a Europa na mundialização, no multiculturalismo e nas políticas, religiosamente sentidas, da diversidade, da equidade e da inclusão.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Daqui a pouco vão dizer que a culpa é nossa!

O Sr. **Henrique Rocha de Freitas** (CH): — Foi o triunfo ideológico da esquerda...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Eu logo vi!

O Sr. **Henrique Rocha de Freitas** (CH): — ... e do politicamente correto, passando ela própria a definir, neste século, com a chancela do poder mediático, o que é justo, o que é verdadeiro, o que é bem e o que é mal. E, do alto da moral, é a esquerda quem decide o que é à direita, o que é muito à direita, o que é demasiado à direita, o que é extremamente à direita.

*Aplausos do CH.*

E a esquerda habituou-se a olhar para a direita clássica do Sr. Primeiro-Ministro como ela se deixava olhar: complexada, inibida, submissa, que pedia autorização para existir, que vivia ajoelhada e que só em murmúrio defendia as suas convicções,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Henrique Rocha de Freitas** (CH): — ... exceto o seu europeísmo provinciano.

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

E apareceu uma outra direita, que aqui representamos, de que aqui falamos, que é descomplexada, corajosa e se atreve a contradizer a hegemonia intelectual daquela esquerda, levantando as bandeiras da imigração descontrolada, da insegurança, da corrupção, dando assim voz às preocupações dos populares.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Henrique Rocha de Freitas** (CH): — E os ventos políticos que sopraram levam a que a esquerda e o politicamente correto escolham Bruxelas e a União Europeia como praça-forte da sua resistência ideológica.

Aqui chegados, temos de ser claros: esta esquerda tem de ser derrotada numa coligação vitoriosa das várias direitas.

*Aplausos do CH.*

Neste tempo de renascimento intelectual dos conservadores e patriotas, quero aqui dizer, com orgulho, que pertencemos a uma Nação e a um povo, sem medo de nos chamarem racistas, xenófobos ou fascistas.

*Aplausos do CH.*

É que a esses antifascistas de Carnaval, a esses antifascistas de contrabando não escapavam sequer ao insulto Churchill ou De Gaulle.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **Henrique Rocha de Freitas** (CH): — Pergunto-lhe, assim, Sr. Primeiro-Ministro: está o Governo português confortado com a iniciativa do Reino Unido? Está o Governo português confortado com o plano de rearmamento militar que levará, certamente, a uma espiral inflacionária na zona euro?

Pare, pense e olhe, Sr. Primeiro-Ministro, para esta Europa. Quem conosco caminhar poderá sempre responder, como Camões, que «Os portugueses somos do Ocidente [...]».

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para formular perguntas pelo Grupo Parlamentar do Chega, dispondo de até 2 minutos e 40 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado António Pinto Pereira.

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, conta a história que, em 1453, com Constantinopla cercada pelo exército turco, as suas elites preferiram entregar-se a debates teológicos excêntricos a dedicar energias à salvação do império. É o que vão fazer as lideranças nesta próxima reunião do Conselho Europeu.

A Europa está perante o precipício da irrelevância,...



O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso é um poema!

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — ... do empobrecimento e da dependência externa, depois de 20 anos de estagnação e de perda de competitividade, de irrelevância na industrialização e de ignorância no desenvolvimento tecnológico. Ouvimos, por um lado, falar da necessidade de voltar à industrialização, à redução de dependências e à autonomia estratégica; por outro lado, o que temos em termos de transição energética é «regular, regular e regular», num ridículo jogo de sombras entre a incompatibilidade e a incongruência.

Atingimos o ponto mais alto do ceticismo, e assim é porque, no mundo real, a indústria europeia continua asfixiada. Sem o nuclear, sabotados por uma assoberbada hiper-regulação, além da religião ambientalista, os europeus pagam quase o triplo do que pagam os americanos pela sua energia.

Sr. Primeiro-Ministro, não pode haver uma aposta séria na industrialização sem uma energia barata. Na Europa, precisamos de gás natural e de petróleo, mas também precisamos de centrais nucleares. Por muito que vos custe, isto é viver um mundo real.

*Aplausos do CH.*

Pergunto, Sr. Primeiro-Ministro: é esta, por uma vez na vida — talvez a última na sua! —, a mensagem de bom senso que Portugal leva à Europa?

Também ouvimos falar de rearmamento, o que aplaudimos. Por esclarecer fica, no entanto, se a Europa e Portugal farão agora o que foi tantas vezes anunciado de forma inconsequente. Até parece que Portugal nem se chegou a candidatar ao programa de apoio europeu ao fabrico de munições! É o habitual com este seu Governo, tal como foi com o anterior Governo Socialista.

Sr. Primeiro-Ministro, rearmar não é só fazer chover euros sobre o setor da defesa,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — ... como numa qualquer mesa de casino. Rearmar é recriar uma base industrial sólida, perceber em que setores temos ou podemos ter uma vantagem competitiva.

Portugal tem-se distinguido no fabrico de *drones*, nicho estratégico altamente promissor, em que a ambição do Estado deverá ser a de um enorme reforço de capacidades. Mas pergunto: na perspetiva do Governo, o que pode a indústria portuguesa de defesa vir a ter para oferecer à Europa?

Defender Portugal e a Europa exige estratégia, realismo e sangue-frio, e não apenas *slogans* ou anúncios bombásticos, mas vazios.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, até 6 minutos e 30 segundos, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Henrique Freitas, Sr. Deputado António Pinto Pereira, também agradeço as vossas reflexões e questões.

Permita-me dizer em primeiro lugar, Sr. Deputado Henrique Freitas, que acompanhei a sua dissertação e, enfim, a sua avaliação histórica dos últimos anos da evolução político-conceitual de vários Governos da União Europeia e alguns dos resultados que daí advieram. Não podendo ir, um por um, tentar escarpelizar exatamente o conteúdo que aqui trouxe, em todo caso, há uma dúvida com que fiquei e que tenho de partilhar com a Câmara, e consigo diretamente: é que no meio de toda essa reflexão, onde aqui e ali até disse algumas verdades...

*Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.*

... e, enfim, concluiu que alguns resultados foram obtidos em contramão com as proclamações de há 15 ou 20 anos — é verdade —, fiquei sem saber o que é que o Chega e o Sr. Deputado entendem sobre a situação atual,...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ora!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... desde logo sobre a situação atual na Europa e relativamente à guerra da Ucrânia.

Fiquei sem perceber se o Sr. Deputado acompanha ou não acompanha a postura e o conteúdo do Governo português e da União Europeia...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É ao contrário, a pergunta é daqui para aí!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... no apoio à Ucrânia, no apoio militar, no apoio político, no apoio humanitário...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e, também, no desenho de um processo de paz que tenha o envolvimento da Ucrânia e o envolvimento da União Europeia.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Porque não ficou claro!

É verdade, Sr. Deputado, que há encontros na Arábia Saudita, é verdade que há um contexto geopolítico novo, com a participação do novo Presidente americano. Isso é tudo verdade, mas qual é a posição que o Chega tem relativamente a esta questão?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Têm o embaixador Tânger!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas a pergunta não é essa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É defensor...? Por um lado, parece que o Sr. Deputado se queixou, por exemplo, da importância do ascendente que, no contexto destas reuniões, a nova administração americana tem, mas depois não ficou claro se é defensor e seguidor daquilo que é o conteúdo, em concreto, sustentado pela administração americana.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Era importante que ficasse claro qual é o entendimento que o Chega tem a esse propósito.

Da mesma maneira, quando critica um processo de rearmamento, um processo de maior investimento, não fica claro o que é que o Sr. Deputado defende. O que é que o Sr. Deputado defende, neste sentido?

Queixou-se do resultado a que chegámos, dizendo, porventura com alguma razão, que, enfim, era fruto de entendimentos políticos contemplativos e do definhamento da importância do posicionamento geoestratégico, da autonomia estratégica, da sua própria afirmação e definição no contexto europeu, e depois o Sr. Deputado António Pinto Pereira até o adjetivou, também com alguma razão, do ponto de vista da irrelevância, do ponto de vista da secundarização da União Europeia enquanto ator político internacional. Mas depois parece que a vossa posição é de que não se faça nada, que fique tudo na mesma! É que nós queremos responder a isso investindo mais, investindo para sermos mais autónomos, investindo para termos mais capacidade, investindo para, precisamente, não estarmos na esfera da disponibilidade de outros, ainda que sejam nossos aliados,...

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e para podermos ser detentores do nosso processo de decisão, mas o Sr. Deputado parece estar contra isso.

Ou seja, posso estar enganado, mas, das vossas intervenções, deu-me a impressão de que os Srs. Deputados são contra tudo e contra todos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, sinceramente, acho que isso não é posição para definirmos como poderemos, de facto, inverter um caminho que teve um contexto — é verdade! — de diminuição da nossa capacidade de podermos decidir o nosso futuro. Isso é indiscutível, e quem na Europa não perceber isso, de facto, não percebeu o que aconteceu nos últimos 20 ou 30 anos. Não percebeu!

O Sr. **Henrique Rocha de Freitas** (CH): — Ali no lado esquerdo não percebem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É por isso que temos sido uma parte ativa — foi a pergunta que me colocaram — na construção de mecanismos que deem aos Estados a possibilidade de inverterem esse rumo e de contribuírem para o reforço das nossas capacidades, e que o façamos de uma forma articulada e coordenada. Não há outra possibilidade! Não temos, na Europa, uma possibilidade de afirmação que não seja como um bloco. Nós temos de atuar como um bloco: como um bloco político, como um bloco económico e, também, como um bloco na área da segurança e da defesa.

É uma construção muito meticulosa e muito melindrosa, porque a Europa não é uma federação de Estados, a Europa não tem as possibilidades, do ponto de vista da gestão política, que outros blocos asseguram, seja do ponto de vista da própria estrutura do sistema político, seja do ponto de vista da conciliação das soberanias dos Estados-Membros e da sua conjugação. Por exemplo, nem todos os Estados da União Europeia são membros da NATO; só 23 dos 27 Estados são membros da NATO. Temos de articular este desenho e ele é difícil.

Mas há uma coisa onde creio não há dúvidas, e é por isso que temos estado ao lado da iniciativa do Primeiro-Ministro britânico e do Presidente francês,...

*Protestos do Deputado do CH Henrique Rocha de Freitas.*

... no sentido de podermos articular e coordenar a capacidade produtiva da Europa, adequando-a à nossa autonomia estratégica, reforçando políticas de competitividade, nomeadamente na área energética, sem as quais não conseguimos alcançar esse objetivo e, ao mesmo tempo, estimularmos a nossa relação transatlântica e a nossa relação com outros blocos e países de outras geografias — no Médio Oriente, nos países do Golfo, na América Latina, com a Índia, com a Austrália ou com a Nova Zelândia. A Europa tem de olhar para o mundo, indo buscar...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar às perguntas do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, andamos há muitos anos a compararmo-nos com outros países da União Europeia, a queixarmo-nos, com razão, de estarmos a ficar para trás, de sermos apanhados por países que há 20 anos eram muito mais pobres do que nós.

Comparado com Portugal, o resto da União Europeia até pode parecer um paraíso de crescimento e desenvolvimento, mas não é. O mais deprimente nestas comparações de Portugal com a União Europeia é que a União Europeia está para o mundo como Portugal está para a União Europeia. Nos últimos 20 anos, o PIB

(produto interno bruto) da União Europeia cresceu menos do que o dos Estados Unidos, menos do que o do Canadá, menos do que o da China, menos do que o da Índia, menos do que o da Austrália e até menos, infelizmente, do que o da Rússia.

Portugal não é só um país a atrasar-se, é um país a atrasar-se dentro de uma União Europeia que também se atrasa no mundo. A União Europeia atrasa-se porque prefere afogar a economia em regulação, não dando espaço ao risco e à inovação. A União Europeia tem 34 % mais população do que os Estados Unidos, mas produz 33 % menos riqueza. Tem oito vezes menos empresas tecnológicas entre as 50 maiores, mas produz 10 vezes mais legislação. Só no setor tecnológico existem mais de 270 reguladores em toda a União Europeia.

Imagine-se, Sr. Primeiro-Ministro, ser uma empresa tecnológica, querer crescer, querer aproveitar o mercado único e ter pela frente um oceano de papel e um exército de reguladores. Não é por acaso que muitas dessas empresas, em vez de um oceano de papel, preferiram atravessar o oceano Atlântico e ir crescer para os Estados Unidos. Quase 30 % dos unicórnios que conseguiram formar-se na União Europeia apesar de todos estes obstáculos, acabaram por mudar-se para fora deste espaço, a maioria para os Estados Unidos.

Na União Europeia regulam-se riscos que existem mesmo, mas também riscos que nunca existiram, nem existiriam, fora da cabeça dos burocratas. Em vez de deixarmos as indústrias crescer para percebermos os problemas que têm de ser regulados, preferimos regular primeiro todos os riscos possíveis e imaginários, especialmente os imaginários, impedindo muitas empresas de sequer nascerem e crescerem. Nada disto serve a União Europeia e as suas pessoas.

E não vale a pena virem os arautos da burocracia dizer que este discurso é antieuropeu. Ficar calado perante as opções que enfraquecem a União Europeia no mundo é que é antieuropeu.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Ora bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Esta atitude acrítica só serve os burocratas que precisam de justificar salários e orçamentos milionários, produzindo legislação ao quilo. Só serve os consultores e lobistas que depois ganham muito dinheiro a implementar leis complexas e redundantes.

Portugal tem de mudar para acompanhar o ritmo da Europa, mas a Europa também tem de mudar para acompanhar o ritmo do mundo. O Sr. Primeiro-Ministro, que conhece bem de perto tanto o ecossistema das empresas de inteligência artificial como as dificuldades de implementação de regulamentos pesados nas empresas, pode dizer-nos em específico o que é que planeia sugerir no Conselho Europeu em relação a isto?

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 4 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, também agradeço a sua reflexão e quero dizer-lhe que, neste caso, tenho até muita dificuldade em discordar de qualquer das suas observações, honestamente.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Já começa!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Estão a ver se vai para secretário de Estado!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Qual secretário de estado, vai ser ministro!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Já estão a prever que ganhe este lado?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O Paulo Nuncio já está ciumento!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Porque não há dúvida nenhuma de que a Europa percorreu nos últimos anos um período em que não se conseguiu libertar de um círculo vicioso. É um círculo vicioso em que, como disse, e

bem, temos um potencial enorme no nosso mercado interno. Porque temos, efetivamente! Nós temos um mercado interno que é maior do que o mercado interno americano, como disse aqui e muito bem. Temos capacidade económica, temos capacidade científica, capacidade de inovação, mas não temos a suficiente para poder competir com aqueles que ainda conseguem ser mais inovadores do que nós.

Uma das razões pelas quais não conseguimos competir é porque criamos barreiras ao aproveitamento desse potencial. Uma das barreiras é precisamente o excesso de regulação, o excesso de complexidade. É como dizia, e muito bem: nós queremos regular todos os riscos possíveis e imaginários, sobretudo os imaginários. É muitas vezes não percebermos onde é que estão os pontos fulcrais que podem, a médio e às vezes, até, a curto prazo, ser bloqueadores da capacidade de sermos competitivos.

Esta última questão que coloca é um desses pontos. A Europa não terá capacidade de autonomia estratégica na sua economia se ficar nas mãos dos Estados Unidos e da China, por exemplo, no âmbito da inteligência artificial; por exemplo, no âmbito do desenvolvimento tecnológico que dimana desse instrumento.

Mas, objetivamente, temos de perguntar: está a Europa a investir aquilo que é preciso investir neste domínio? Nós, no Governo português, estamos a fazer um investimento que é, à escala, aquele que podemos fazer. Mas a Europa não está a fazê-lo. Há, talvez, um país na União Europeia que está um pouco mais desperto para esta temática do que os outros, que é a França, mas a União Europeia como um todo não está a entrar nesta matéria, que é neste momento uma das matérias cruciais. Não é só para ser competitivo; é para ser autónomo, é para não estar dependente.

Isto já aconteceu lá atrás com outras áreas importantes da evolução da ciência, da tecnologia, da capacidade de inovação, uma das quais é aquilo que o Sr. Deputado também apontou, que é: mesmo quando nós conseguimos ser precursores, os Estados Unidos conseguem absorver a nossa capacidade inovadora. Ou seja, não conseguimos criar um modelo de desenvolvimento que absorva a nossa capacidade de investigação e, ao mesmo tempo, retenha o nosso talento, a nossa qualificação e a própria estrutura produtiva. Nós não estamos a conseguir fazê-lo, e cometemos erros ao longo destes anos.

Também cometemos erros com a nossa relação com a China, por exemplo, quando deslocámos a nossa capacidade produtiva. Nós, Europa, para lá, dando-lhes tudo aquilo que tínhamos, dando-lhes o conhecimento e a própria capacidade e depois ficando dependentes daquele mercado.

Portanto, em conclusão, Sr. Deputado, o que é que tencionamos fazer? Resolver o problema do círculo vicioso, que é: não basta identificar o problema, é mesmo obrigatório passar à solução, é mesmo obrigatório ter a coragem de cortar na regulamentação. Tem de se cortar! Mas será muito difícil que sejam aqueles que a fizeram os executores da sua eliminação.

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

Mas temos de ter esse exemplo; a Presidente da Comissão está muito sensibilizada para isso, os Estados-Membros também. Todos dizem o mesmo que o Sr. Deputado diz...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar às perguntas do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias, que dispõe de 3 minutos e 30 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: 130 crianças assassinadas. Segundo a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o maior número de crianças mortas em um só dia no último ano.

Foram bombardeados refúgios provisórios onde dormiam essas crianças. Mais de 400 mortos, mais de 600 feridos. Pelo menos um morto e quatro feridos graves entre os trabalhadores estrangeiros numa das sedes da ONU (Organização das Nações Unidas). Só hoje são já 126 mortes. Novas ordens de evacuação do norte para o sul. Há mais de meio mês que não entra um só camião de ajuda humanitária. Israel cortou a eletricidade à unidade de dessalinização de água, reduzindo ao mínimo a água potável.

Enfim, Netanyahu nunca cumpriu o acordo de cessar-fogo e, nos últimos dias, fulminou-o.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Mentira! É tudo mentira!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Henry Kissinger escreveu que Israel não tem política externa, só interna. Sabemos que Netanyahu atacou para garantir que se mantém no poder e para garantir o regresso de Ben-Gvir e o apoio da ultradireita confessional. Israel não cumpriu um só dos compromissos internacionais ao longo da sua história e nunca prestou contas ou pagou por isso.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Agora fala dos reféns!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — É uma falta acumulada de consequências políticas ou legais que nos traz aqui. É isso que permite que hoje Israel possa pôr em prática um genocídio aos olhos do mundo.

Desde o início do cessar-fogo que o cessar-fogo nunca foi um cessar-fogo.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Toma juízo!

A Sr.<sup>a</sup> **Marisa Matias** (BE): — Apenas um israelita foi morto em Gaza: um empreiteiro que foi morto pelo exército israelita, que o confundiu com um palestino. Mas, antes da noite de segunda-feira, foram mortos 150 palestinos — e não estou a contar com os que foram mortos na Cisjordânia.

Mesmo em tempos de paz, como lhes chama a União Europeia e o Governo português, antes de 7 de outubro foram mortos 238 palestinos, dos quais 44 crianças, só em nove meses. São 529 dias de genocídio, todos documentados. O relatório da ONU da semana passada deu mais detalhes deste genocídio: assassinato de mulheres grávidas, destruição do centro de PMA (procriação medicamente assistida), com 4000 embriões. Guerra até à capacidade de reprodução dos palestinos! A ONU classificou-os de atos genocidas.

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão e do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.*

O mesmo relatório fala da destruição de 83 % de toda a vida vegetal, 80 % das terras agrícolas, 95 % do gado, 80 % das infraestruturas de água e saneamento, além das casas, escolas, hospitais, igrejas e mesquitas. Nenhum responsável israelita negou qualquer um destes crimes. Foram todos confessados.

Como é que isto pode persistir, Sr. Primeiro-Ministro? É preciso quebrar o silêncio, e quebrar o silêncio é agir com sanções e com embargo de armas. Quebrar o silêncio não é apenas lamentar a morte de civis.

Por isso, pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro: está o Governo português finalmente disponível para quebrar o silêncio, seja em Portugal seja no Conselho Europeu?

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, há uma segunda questão muito rápida que lhe quero colocar. Esta semana, Viktor Orbán, na 15.<sup>a</sup> alteração que faz à Constituição desde 2010, desde que está no poder, inscreveu na Constituição a proibição das marchas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgénero) e a superioridade dos homens em relação às mulheres.

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

Sr. Primeiro-Ministro, desafiamo-lo daqui não só a condenar, mas também a levantar esta questão no Conselho.

*Aplausos do BE.*

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão e do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Em tua casa não crescem melancias! Não há melancias em casa!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 3 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias, eu queria aproveitar a questão que colocou também para responder ao Sr. Deputado João Paulo Rebelo, que a tinha suscitado. Na altura, por me ter esquecido e ter concentrado a resposta noutros temas que quer ele, quer a Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Sofia Antunes suscitaram, acabei por não conseguir referir-me também ao tema, portanto, aproveitei a resposta à sua questão para também consubstanciar a resposta à pergunta que já me tinha sido colocada pelo Partido Socialista.

Os ataques que Israel tem feito em Gaza são preocupantes e mereceram a condenação do Governo português, desde a primeira hora, portanto, quero aqui reiterar que não temos, a esse propósito, silenciado coisa nenhuma. Temos, de facto, feito essa condenação: temos apelado — e reiteramos — a que se respeitem os termos do acordo de cessar-fogo e que se possa passar mesmo à segunda fase desse acordo; que possa existir um fim imediato de todas as hostilidades; que possa assegurar-se a proteção dos civis; que possa restaurar-se o acesso pleno e total à ajuda humanitária e à libertação de todos os reféns.

Temos também sido insistentes no apoio à execução do Plano de Recuperação e Reconstrução de Gaza, aprovado na Cimeira Extraordinária da Liga Árabe, no passado dia 4 de março, no Cairo. E temos também sido proativos num apelo à responsabilidade de todas as partes para garantir um acesso total, rápido, seguro e ininterrupto da ajuda humanitária, em larga escala, ao povo palestino, permitindo também que as organizações internacionais operem de forma eficaz em Gaza, no cumprimento, de resto, pelo direito internacional humanitário.

Temos, por isso, estado muito focados naquilo que nos parece essencial, que é o cumprimento do acordo de cessar-fogo e o apoio àquela que tem sido sempre a nossa posição, da solução dos dois Estados, defendendo, portanto, a coexistência de um Estado de Israel com um Estado da Palestina, com isso logrando alcançar também o pleno respeito pelo direito internacional.

Foi, de resto, no âmbito de todas estas mensagens e deste posicionamento que o nosso Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, no passado mês de fevereiro, realizou uma visita ao Médio Oriente, onde nós, com todas as partes envolvidas e com todos os países que podem colaborar, precisamente, a alcançar todos estes objetivos, dissemos o mesmo a todos. Não tivemos duas palavras, consoante os interlocutores que estavam diante de nós. Tivemos ocasião de defender todos estes princípios, quer perante as autoridades israelitas, quer perante as autoridades palestinianas, quer perante todos os Estados que têm um envolvimento mais próximo na região. E é isso, também, que temos feito no âmbito da União Europeia e é isso que vamos continuar a fazer, amanhã, quando este assunto também for abordado na reunião do Conselho Europeu. Como tem sido essa também — coisa que nem sempre tem eco nas notícias em Portugal — a pedra de toque dominante do nosso posicionamento na Assembleia Geral das Nações Unidas. Nós não temos tido outro posicionamento que não este.

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à fase das perguntas do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, que dispõe de 3 minutos, e, para o efeito, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, o que é preciso mais para que o Governo tome uma atitude junto das instituições da União Europeia e demais entidades internacionais que integra para se pôr fim à guerra na Palestina?

Israel nunca cumpriu, de facto, o cessar-fogo. Durante todo o período foi desferindo diversas agressões contra o povo palestino na Faixa de Gaza, na Cisjordânia, causando mortos, efetuando prisões em massa, bombardeando indiscriminadamente campos de refugiados, com dezenas de milhares de deslocados. Na penúltima madrugada, mais uma vez, Israel violou o cessar-fogo e lançou um brutal ataque sobre a população palestiniana na Faixa de Gaza,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Foi o Hamas!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... que levou à morte de centenas de pessoas e mais de mil feridos, na sua esmagadora maioria mulheres, crianças e idosos. Não se pode ser cúmplice com tamanha crueldade e desumanidade.

Israel é responsável pelo terrorismo de Estado que massacra o povo palestiniano, ocupa ilegalmente o território do Líbano e da Síria, deixa o povo palestiniano sem acesso a bens essenciais, proíbe a Agência das Nações Unidas para a Palestina, desrespeita todos os princípios do direito internacional, tudo isto com a passividade dos Estados Unidos da América e da União Europeia.

Portanto, queria-lhe também perguntar, Sr. Primeiro-Ministro, se é desta que vai propor a suspensão do Acordo União Europeia-Israel, se é desta que o Governo vai tomar medidas para resgatar os familiares de portugueses que estão na Faixa de Gaza e salvar as suas vidas e se é desta que, de facto, vai adotar diligências para um cessar-fogo permanente, o acesso à ajuda humanitária e o cumprimento das resoluções das Nações Unidas, designadamente, o reconhecimento do Estado da Palestina, nas fronteiras de 1967, com capital em Jerusalém Oriental.

Sr. Primeiro-Ministro, a paz e a segurança não se alcançam com a corrida armamentista. Alcançam-se com mais diplomacia, diálogo e solução política dos conflitos, com respeito pelos princípios do direito internacional, o cumprimento dos princípios da Carta das Nações Unidas e da Ata Final da Conferência de Helsínquia. Já ficou claro, neste debate, que o Governo alinha nesta deriva militarista e belicista da União Europeia, que é contrária aos interesses do povo português e dos povos da Europa.

A questão é se também acha que deve haver reforço das verbas para o armamento, em vez de se melhorar salários e pensões, em vez de se garantir a saúde, a educação, a habitação, a segurança social. É que para os salários e as pensões e para os direitos há sempre todos os condicionamentos orçamentais, mas para os gastos militares já não há restrições, aliás, já nem se ouve falar em défice, nem em dívida. E isto diz muito das suas opções, que são a defesa dos interesses dos grupos económicos, da indústria do armamento, à custa da degradação das condições de vida das pessoas.

Queríamos aqui lembrar que Portugal é um país soberano e que, de acordo com a Constituição, deve promover a paz e a cooperação. E é por isto que o Governo deve pugnar, seja nas instituições da União Europeia, seja nas instituições em que participa.

*Aplausos do PCP.*

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, também até 3 minutos, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, também lhe agradeço as questões que suscitou, as primeiras, muito coincidentes com aquelas que, há pouco, tinham sido colocadas pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Marisa Matias, portanto, remeto muito para o que disse há pouco relativamente ao nosso posicionamento sobre a questão de Gaza, a necessidade de podermos contribuir com a nossa diplomacia, com a nossa intervenção, para garantir que, efetivamente, se respeite o acordo de cessar-fogo, se recoloque o processo na garantia do respeito pela ajuda humanitária, pela libertação dos reféns, pela proteção dos civis e no apoio que há pouco também mencionei, ao Plano de Recuperação e Reconstrução de Gaza, que foi aprovado na Cimeira extraordinária da Liga Árabe.

Não tenho muito mais a acrescentar porque apenas posso reiterar aquilo que já foi dito e tem sido assumido, de forma permanente e constante, em todas as nossas intervenções, seja no Conselho Europeu, seja no âmbito das Nações Unidas, seja mesmo no âmbito das nossas relações bilaterais com vários dos agentes que, direta ou indiretamente, colaboram na procura de uma solução de paz e de uma solução de salvaguarda dos direitos das pessoas.



Mas deixe-me aproveitar a última questão que coloca para deixar, de forma muito clara, Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, o nosso entendimento: está completamente fora de hipótese desviarmos qualquer receita adstrita a despesas sociais, a despesas com o sistema de educação, com o sistema de saúde, com o investimento público na habitação, na mobilidade, em qualquer política pública, para o investimento de defesa.

*Protestos do Deputado do PCP António Filipe.*

Está completamente fora de hipótese. Portanto, faremos o nosso investimento na área da defesa, não prejudicando, de maneira nenhuma, esses investimentos. Pelo contrário, vamos aproveitar o nosso plano de investimento e de reforço de investimento na área da defesa para criar mais instrumentos, mais riqueza para reforçar as nossas políticas sociais.

Aliás, julgo que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos poderia ter aproveitado para enfatizar a diminuição dos impostos sobre os rendimentos do trabalho, o Acordo de Concertação Social, o Acordo de Valorização das Carreiras da Administração Pública — mais de 10 carreiras! —,...

*Aplausos do PSD.*

... como expressão daquilo que é a capacidade e o diálogo político deste Governo, e que são de assinalar, numa perspetiva com que o Partido Comunista não pode deixar de estar de acordo.

Eu não concebo que o Partido Comunista esteja favorável a que se tribute mais o trabalho. Eu não concebo que o Partido Comunista esteja contra os acordos que são celebrados com os sindicatos que representam os trabalhadores da Administração. Eu não concebo que o Partido Comunista esteja em desacordo com aquele que é o compromisso que temos com o setor social, com aqueles que prestam auxílio aos mais vulneráveis da sociedade.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PCP.*

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, nós prestamos contas sobre isso sem nenhum problema.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao Grupo Parlamentar do Livre, que também tem 3 minutos. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, para formular as suas perguntas.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidãos nas galerias, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado, Srs. Ministros, Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Primeiro-Ministro questionou-se há pouco acerca de quanto vai durar este cessar-fogo sobre infraestruturas energéticas na Ucrânia, que tem estado a ser conversado entre os Presidentes Trump e Putin.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pergunta ao PCP!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Creio que já tivemos essa resposta, porque já houve ataques de *drones* russos contra infraestruturas de energia da Ucrânia, mesmo no decurso dessas conversações. Infelizmente, sabemos ao que é que vai dar qualquer tipo de diálogo com o Presidente Putin sobre possíveis cessar-fogo. Sabemo-lo de 1994, dos Acordos de Budapeste, sabemo-lo dos Acordos de Minsk, sabemo-lo de qualquer passo desta guerra. Não há boa-fé na negociação de acordos de cessar-fogo, eles são acordos de «cessar-paz», porque vão ser violados ao primeiro momento, no primeiro momento de conveniência do Presidente Putin.

O mesmo se deve dizer acerca do Primeiro-Ministro Netanyahu, em Israel. Ainda estou à espera de ouvir palavras de condenação firme e fortes, por parte do Governo português, que sejam equivalentes àquelas que vários responsáveis europeus já tiveram, sobre aquilo que, basicamente, é uma violação grosseira do cessar-

fogo — que, aliás, nos prova que aqueles que falavam do genocídio, no passado, estavam certos. O plano de Netanyahu, o plano dos elementos mais extremistas, e genocidas, do Governo israelita está perfeitamente em marcha. Tem é, às vezes, uma pausa, quando lhes é politicamente conveniente, como foi na altura da tomada de posse de Donald Trump.

É por isso que não se entende a posição portuguesa de protelar o reconhecimento da independência da Palestina. Mesmo que os argumentos fossem atendíveis há umas semanas, a partir do momento em que o cessar-fogo é violado, da forma brutal e desumana como foi, neste momento, o Governo português deveria estar a seguir o que, aliás, é a opinião deste Parlamento, e já foi expressa no passado, e reconhecer a independência da Palestina.

Ainda no que diz respeito à marcação da agenda política internacional, devo também dizer que espero que no próximo Conselho Europeu haja palavras de denúncia para o que se está a passar na Turquia, com a detenção do principal opositor a Erdogan, o Presidente da Câmara de Istambul, Ekrem İmamoğlu, que foi preso hoje.

Sr. Primeiro-Ministro, sobre questões de defesa europeia e de como vamos financiar essa defesa, gostaria de saber a posição do Governo português sobre a possibilidade de emissão de dívida comum europeia para esse financiamento e a possibilidade de criação de um sistema de taxação, mesmo em cooperação reforçada, nos moldes daquele que propõe o economista Gabriel Zucman, em que uma taxação de apenas 2 % sobre os mais ricos dos europeus daria, no mínimo, 60 mil milhões de euros anuais para esse esforço.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — São 2 %!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Acima de tudo, gostaria muito que o Governo apoiasse o que já foi uma posição tomada neste Parlamento, por proposta do Livre, que é que os 300 mil milhões de euros de ativos russos parqueados em jurisdições europeias sejam utilizados para o reforço da defesa da Ucrânia, e queria ouvi-lo tomar uma posição clara sobre esse assunto.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, também até 3 minutos, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, também o nosso agradecimento pelas questões que suscitou.

Relativamente à questão da Ucrânia, é verdade, não podemos deixar de ser honestos e partilhar, como tive a ocasião de dizer, que a nossa esperança de que o acordo de cessar-fogo possa ser, por um lado, alcançado e concretizado, muitas vezes esbarra com o realismo com o que também olhamos, seja para comportamentos passados, seja para, enfim, o enquadramento que, ao dia de hoje, se pode dar a algumas das operações de que vamos tendo conhecimento no terreno.

Em todo o caso, há uma coisa que é inultrapassável: um acordo de cessar-fogo implica a colaboração das partes envolvidas no conflito e, portanto, nós teremos sempre um momento no qual é preciso acreditarmos que ambos os contudentes terão a boa-fé de querer concretizar os princípios que estão subjacentes àquilo com que acordam.

E, por isso, acho que é mais prudente, para quem quer promover um encontro e quem quer promover um processo de paz, não escalar antecipadamente uma projeção de incumprimento, e é isso que o Governo português também fará. Estamos conscientes, temos de ser realistas, mas acreditamos que, com o envolvimento da União Europeia e com o nosso próprio envolvimento, as partes que estão hoje a tentar aproximar posições podem efetivamente lograr ter êxito. É isso que nós temos de perspetivar.

Evidentemente que um processo de paz implica também, necessariamente, garantias de segurança e implica estratégias de dissuasão futura, e ninguém tenha ilusões quanto a isso. A paz não se alcança num dia e fica garantida *ad aeternum* dali para a frente. A paz pressupõe medidas de salvaguarda e segurança para se conservar e pressupõe mais do que isso, medidas de dissuasão, de prevenção, para futuro.

Agora, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que, relativamente ao tema do financiamento dos nossos investimentos em defesa, já tive a ocasião de dizer que, sim, estamos favoráveis a uma emissão de dívida comum. É uma matéria que não está ainda consensualizada no âmbito do Conselho Europeu. Para já, há um modelo inicial alternativo, que é o acesso a financiamento, o que não é a mesma coisa, e ainda esperamos que no decurso das negociações, nos próximos meses, lá possamos chegar.

Também estamos empenhados em poder contribuir para a utilização dos ativos russos que estão congelados. É uma negociação difícil, não posso aqui entrar em detalhes, mas é uma negociação difícil à qual nós estamos...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar às perguntas do Grupo Parlamentar do CDS-PP, que tem até 2 minutos e 30 segundos. Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, queria, em primeiro lugar, em nome da bancada do CDS, reforçar o nosso compromisso, que é o compromisso do Governo e, felizmente, da esmagadora maioria do Parlamento português, com a Ucrânia e com aquilo que neste Conselho pode ser reafirmado relativamente ao ponto em que estamos.

Na probabilidade ou na iminência — desejamos — de um acordo de cessar-fogo, é muito importante reforçar a parte que apoiamos, designadamente reforçar a participação da Ucrânia nestas negociações e a participação da União Europeia também nas mesmas. Isso é central para que o acordo possa ter o mínimo de credibilidade e seja exequível.

Depois, no ponto da recuperação da autonomia estratégica da União Europeia, o Sr. Primeiro-Ministro já respondeu a várias questões no domínio da energia, do comércio, da investigação. Há uma que para nós é central e que tem a ver com a questão do excesso de regulamentação no contexto europeu.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Primeiro-Ministro, há pouco, respondia ao Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto dizendo algo que é fundamental: é difícil que os mesmos que fizeram o caminho até aqui o consigam fazer para trás. Mas é difícil também que consigamos apenas parar sem olhar para o que está feito para trás, porque tudo o que está feito para trás já condiciona muito a capacidade de recuperarmos essa autonomia estratégica do ponto de vista da investigação, do desenvolvimento, do comércio.

Portanto, provavelmente, é importante que a Europa constitua uma equipa, ou o que seja, que olhe para tudo o que é regulamentação no contexto europeu, que olhe para aquilo que são áreas fundamentais de desenvolvimento e de competitividade em termos internacionais entre blocos para perceber onde é que estão as nossas maiores fragilidades e onde é que nós temos de intervir, no sentido de potenciar essa dimensão europeia de competitividade.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Há duas outras questões que parecem também muito relevantes para Portugal neste contexto.

O que tem a ver com defesa, a centralização da defesa europeia no continente, é algo que para nós é preocupante. A dimensão atlântica da defesa foi sempre para Portugal algo relevante porque nos põe numa posição central. Nós não podemos, por uma questão que tem a ver, como o Governo português já disse muitas vezes, com uma administração de um dos nossos principais aliados, pôr em causa toda a dimensão geoestratégica daquilo que são os nossos conceitos adquiridos há muitos anos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, quer no diálogo com os Estados Unidos da América, quer no diálogo com o Reino Unido, é muito importante que Portugal tenha dentro da União Europeia, onde estes nossos aliados não estão neste momento, uma voz que valorize a manutenção dos laços transatlânticos...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Também com 2 minutos e 30 segundos para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Almeida, quanto à primeira questão que o Sr. Deputado abordou, não há dúvida de que é desafiante para todos nós, é desafiante para os responsáveis das instituições europeias e é desafiante para todos os responsáveis políticos aos mais diversos níveis de todos os Estados-Membros.

Não resisto a partilhar consigo uma reflexão que tenho feito noutras ocasiões, e nós temos também de fazer uma introspeção. É verdade que a Europa foi penalizada na sua evolução socioeconómica das últimas décadas pelo excesso de regulamentação, pela ultra preocupação com a medição do risco, como há pouco aqui falávamos, mas também é verdade que Portugal, a partir do excesso de regulamentação e da complexidade da regulamentação europeia, ainda acrescentou mais regulamentação e ainda mais complexidade.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Muito bem! Foi mais papista do que o Papa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E com isto não estou a falar de nenhum Governo em especial, nem estou a falar de nenhum nível da Administração em especial, estou a falar de todos, de todos os partidos, de todas as escalas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

São todos responsáveis, porque isto acontece na administração central, acontece na administração regional, acontece na administração local. São todos responsáveis.

Há aqui, de facto, um momento a partir do qual temos de nos entender. E mais: mesmo hoje, todos reconhecem que há excesso, todos reconhecem que é preciso simplificar,...

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Ora bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... mas, sempre que se dá um passo para simplificar, erguem-se logo vozes a dizer «como é que é possível? Isto vai dar cabo disto e daquilo». Vem aí o temor de muita coisa má que vai trazer a facilidade — para não usar o termo que é mais usado, que é o facilitismo — da decisão, do processo, do procedimento.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A Europa, se continuar a fazer esta reflexão — identifica o problema, mas sempre que quer tomar uma decisão ainda se penaliza a si própria pela solução que quer tomar —, e os Estados-Membros, nos quais nós temos muita responsabilidade em Portugal, se continuarem também a fazer isso, nós não vamos resolver nada.

Portanto, eu diria que é preciso ter coragem, é preciso arriscar, é preciso ousar, é preciso enfrentar aquilo que, no fundo, foram os temores que comprimiram a capacidade de mudança das últimas décadas e que estão na origem da falta de competitividade da Europa e de termos ficado para trás a muitos níveis.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Passo agora a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN. Tem até 1 minuto e 30 segundos para fazer as perguntas.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, restantes Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, tendo em conta que partilhamos aquela que é a preocupação num contexto de guerra, quer na Ucrânia, quer também hoje com as mortes de mais civis na Faixa de Gaza, de que a Europa não pode de forma nenhuma ficar refém daquela que é a visão de Donald Trump e de Putin, precisamos de ter um reforço do ponto de vista da defesa.

Mas este reforço deve implicar também uma reflexão sobre como é que não penhoramos o investimento noutras áreas fundamentais. Algumas soluções têm sido debatidas em alguns países, falo por exemplo da Alemanha, e gostaríamos de perceber, na sua perspetiva, como é que olha para soluções que coligações onde se encontram os ambientalistas verdes alcançaram, para que cada investimento em defesa garanta que o conceito desse investimento é alargado a áreas estruturais como as infraestruturas, a sua adaptação às alterações climáticas, a cooperação humanitária, por força dos países atacados na guerra, ou seja, uma visão mais abrangente deste investimento para que a sociedade, sobretudo a sociedade civil, não fique para trás.

Nestes meus últimos 30 segundos, gostaria que respondesse à questão da Hungria. Este passo que foi dado atrás em relação aos direitos das mulheres e das pessoas LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, transgénero e intersexo) é absolutamente inaceitável — nós sabemos que em breve vamos ter uma campanha eleitoral e que vão existir muitas juras de amor aos direitos das mulheres —, mas é importante perceber se o Estado português vai ou não estar ao lado dos direitos das mulheres e censurar este passo que foi agora dado, precisamente porque não podemos aceitar a intolerância em qualquer espaço.

Por fim, no Conselho da Europa foi também falado, no âmbito da agricultura, dos direitos dos animais. O Sr. Ministro da Agricultura nada disse quanto à exclusão dos cães de caça, que para nós inaceitável, da proteção do bem-estar animal. Gostaríamos de saber o que é que o Sr. Primeiro-Ministro pensa sobre isso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Cães de caça? É contra a caça!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, até 1 minuto e 30 segundos, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, sobre a primeira questão que coloca, creio que todos os Governos, no âmbito da União Europeia, têm sido unânimes em reconhecer que o aumento do investimento na área da defesa não deve colocar em causa a sustentabilidade, quer do ponto de vista ambiental, quer do ponto de vista económico e social. Isto é, é possível termos mais investimento nestas indústrias e, ao mesmo tempo, termos a salvaguarda da valorização, seja do ponto de vista ambiental, seja do ponto de vista social, como já tive aqui ocasião de dizer há pouco.

As duas coisas não se confrontam, são complementares, e, portanto, nós estaremos sempre do lado das políticas que o possam salvaguardar. Não há aqui uma opção entre investir na defesa ou ser a favor da gestão das alterações climáticas e da sustentabilidade ambiental. Nós somos a favor das duas coisas, vamos fazê-lo e não há nenhum impedimento para que isso seja feito.

Mas não quero deixar de lhe responder, para não passar em claro, a uma coisa fundamental. O Governo português não tem nenhum problema em afirmar que está do lado do direito das mulheres e do lado de todos os direitos de personalidade, dos direitos, liberdades e garantias de todos os cidadãos. Estaremos sempre desse lado, que não haja dúvida nenhuma sobre isso, em qualquer circunstância.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Esse é o nosso lado. Em Portugal não há essa querela, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Sei que pode projetar a campanha eleitoral, pode até lançar o tema na campanha eleitoral, mas não me parece que tenhamos aqui nenhum — nenhum! — conflito a esse respeito.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado Rui Tavares está a pedir a palavra para fazer uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Diga, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, é para pedir a distribuição de documentos relativos a uma família luso-palestiniana, de que vários grupos parlamentares aqui conhecem o caso, a família do nosso concidadão João Bossa, radicado no Luxemburgo. Enviaremos esses documentos ao Governo e aos outros grupos parlamentares ainda no decurso do dia de hoje, na esperança de que, no Conselho Europeu, contactos bilaterais com o Governo do Luxemburgo ajudem a aproveitar uma janela de oportunidade para trazer os nossos concidadãos de lá.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Chegámos ao fim da ordem de trabalhos do Plenário de hoje e chegámos também ao fim desta Legislatura na sua plenitude. Vamos entrar em modo de Comissão Permanente e a próxima é no dia 2 de abril.

Portanto, permitam-me que dê uma palavra a todos aqueles que fazem funcionar esta Casa, começando pelos funcionários que apoiam o Plenário, que apoiam as Comissões, que estão nos corredores, nas entradas, às pessoas dos bares, da limpeza, aos agentes da autoridade, aos jornalistas que acompanham os nossos trabalhos, aos membros do Governo que nos vão visitando e vão estando aqui para ser fiscalizados. E deixo uma palavra para todos os Deputados: voltem ou não, agora é o tempo de o povo falar e veremos o que é que ele decide. Muito obrigado a todos.

*Aplausos gerais.*

Está encerrada a sessão.

*Eram 16 horas e 49 minutos.*

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.